



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. Informações Básicas

1.1. Processo Digital nº 1817/2026

1.2. Objeto

Contratação de Empresa Especializada para fornecimento de ferramenta de gestão e controle de processos administrativos, Gestor BI, Contracheque, Administração de Cemitérios, Atos Legais, Controle Social, Controle Viário, Fluxo Ficha RH Digital, Gestão Documental Arquivista, Espaço em Nuvem, Conversão / Treinamento / Implantação / Parametrização, e Horas Técnicas, compreendendo locação, instalação e manutenção de software, sistema desenvolvido para os setores de Planejamento, Administração, Finanças, Social e Rodoviário

2. Designação da Equipe de Elaboração

Servidor: Alan Luiz Griebeler

Designação: Departamento de Contratações

3. Fundamentação Legal

A presente contratação fundamenta-se:

- **Lei Federal nº 14.133/2021** – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- **Decreto Municipal nº 95/2023** – Elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP.
- **Decreto Municipal nº 96/2023** – Procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços.
- **Decreto Municipal nº 107/2023** – Regulamenta, no âmbito municipal, as sanções administrativas.
- **Decreto Municipal nº 91/2023** – Funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, da atuação da advocacia pública e do controle interno nas licitações e contratações, no âmbito da administração pública municipal.
- **Portaria Municipal nº 030/2025** – Nomeação de fiscais e gestores.

4. Descrição da Necessidade e Justificativa

A Administração Municipal possui a necessidade de aprimorar e modernizar seus processos administrativos, operacionais e de controle, considerando o crescente volume de informações, a necessidade de integração entre setores e as exigências legais impostas pelos órgãos de controle externo, especialmente o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.





Atualmente, observa-se a utilização de ferramentas fragmentadas, controles manuais e sistemas não integrados, o que ocasiona retrabalho, inconsistência de dados, dificuldade na geração de relatórios gerenciais e limitação na transparência das informações públicas. Tal cenário impacta diretamente na eficiência administrativa, na tomada de decisões e no atendimento ao cidadão.

Diante disso, torna-se necessária a contratação de solução tecnológica integrada, em ambiente web, contemplando módulos essenciais à gestão pública municipal, tais como: gestão de cemitérios, controle viário, sistema de Business Intelligence (BI), gestão de atos legais, controle social, contracheque online, gestão documental arquivística, ficha funcional digital, armazenamento em nuvem e serviços técnicos especializados, incluindo implantação, parametrização, treinamento e suporte contínuo.

A solução pretendida visa garantir a centralização das informações, interoperabilidade entre sistemas, segurança dos dados, rastreabilidade das ações administrativas e atendimento às normas legais, incluindo exigências relacionadas à prestação de contas, transparência pública e legislação arquivística e trabalhista.

Além disso, a migração para ambiente web permitirá acesso remoto, atualização em tempo real e maior eficiência na execução das atividades dos diversos departamentos municipais, como Administração, Finanças, Assistência Social e Obras.

A contratação da solução integrada de sistemas de gestão pública justifica-se pela necessidade de promover a modernização administrativa, aumentar a eficiência operacional e garantir a conformidade legal dos processos municipais.

A evolução das exigências dos órgãos de controle, especialmente no que se refere ao envio de informações eletrônicas e integração com sistemas como o SIM-AM do Tribunal de Contas, demanda a utilização de sistemas informatizados capazes de gerar, tratar e exportar dados de forma padronizada e confiável. A ausência dessas ferramentas pode comprometer a regularidade da prestação de contas e sujeitar o Município a apontamentos e sanções.

Adicionalmente, a implantação de solução integrada proporciona significativa redução de retrabalho, eliminação de controles paralelos, padronização de procedimentos e melhoria na qualidade das informações gerenciais. O uso de ferramentas de BI, por exemplo, permitirá transformar dados operacionais em informações estratégicas, subsidiando a tomada de decisão pelos gestores públicos.





A contratação também se justifica pela necessidade de ampliar a transparência e o acesso à informação, com disponibilização de dados ao cidadão em tempo real, como contracheques online, informações de serviços públicos e dados administrativos, atendendo aos princípios da publicidade e eficiência previstos na administração pública.

Outro ponto relevante é a necessidade de garantir segurança da informação, com armazenamento em nuvem, controle de acessos, auditoria de ações e mecanismos de proteção de dados, assegurando a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações institucionais.

Por fim, destaca-se que a contratação em lote único, com solução integrada, segue boas práticas adotadas em outros entes públicos e evita problemas de incompatibilidade entre sistemas, garantindo maior eficiência, economicidade e funcionalidade da solução como um todo.

5. Áreas Requisitantes

Área Requisitante	Responsável Pela Requisição
Secretaria Municipal de Administração e Finanças	Gelso Roberto Chioquetta
Secretaria de Promoção Social	Clemari da Motta Finger
Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos	Donizete Marques

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

6.1. Quais os padrões mínimos de qualidade?

A solução a ser contratada deverá atender a padrões mínimos de qualidade, desempenho, segurança e conformidade, garantindo o pleno funcionamento dos sistemas e a adequada prestação dos serviços à Administração Municipal. Nesse sentido, a solução deverá operar integralmente em ambiente web, sem necessidade de instalação local, sendo compatível com os principais navegadores de internet e dispositivos, incluindo computadores, tablets e smartphones, além de possuir arquitetura tecnológica moderna, com atualizações automáticas e acesso simultâneo de múltiplos usuários, assegurando alta disponibilidade dos serviços.

Os sistemas deverão ser totalmente entre si, utilizando base de dados única, permitindo a interoperabilidade entre os módulos e a integração com sistemas já utilizados pelo Município, especialmente nas áreas contábil, financeira e de recursos





humanos. Deverá ainda possibilitar a geração, importação e exportação de dados em formatos compatíveis com os sistemas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, garantindo o atendimento às exigências legais de prestação de contas.

No que se refere à funcionalidade, a solução deverá atender, no mínimo, a 85% das funcionalidades exigidas por módulo e a 95% dos requisitos tecnológicos e de segurança, assegurando desempenho adequado, com tempo de resposta eficiente, geração de relatórios e indicadores em tempo real, bem como automação de processos que reduzam retrabalho e intervenção manual.

A solução deverá contemplar elevados padrões de segurança da informação, incluindo controle de acesso por usuários e perfis, registro de logs e rastreabilidade das operações, criptografia de dados, realização de backups automáticos e periódicos, proteção contra acessos não autorizados e armazenamento em ambiente seguro em nuvem, com redundância e mecanismos de recuperação de desastres, garantindo a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações.

Quanto à usabilidade, os sistemas deverão possuir interface amigável, intuitiva e de fácil utilização, com navegação simplificada e adaptabilidade a diferentes dispositivos, além de possibilitar, quando aplicável, a disponibilização de consultas públicas, promovendo maior transparência e acesso à informação.

A empresa contratada deverá realizar a implantação completa da solução, incluindo a conversão de dados, parametrização dos sistemas e treinamento presencial dos servidores, bem como disponibilizar suporte técnico contínuo durante toda a vigência contratual, com atendimento em prazos razoáveis e fornecimento de atualizações e melhorias sem custos adicionais.

Deverá ser garantida a confiabilidade e integridade dos dados, com mecanismos que evitem inconsistências, duplicidades e perdas de informação, bem como possibilitem auditoria e rastreamento de todas as alterações realizadas no sistema.

A solução também deverá estar em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021, a Lei de Acesso à Informação, a Lei Geral de Proteção de Dados e as normas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, assegurando a correta geração de informações para fins de controle e fiscalização.

Por fim, o sistema deverá possuir características de escalabilidade e evolução tecnológica, permitindo ampliação de funcionalidades, aumento do número de





usuários e inclusão de novos módulos, sem prejuízo da continuidade dos serviços, garantindo ainda a qualidade da prestação, com funcionamento contínuo, correção de falhas, manutenção evolutiva e disponibilização de documentação técnica e manuais de uso.

6.2 Qual deverá ser a duração inicial do contrato?

A duração inicial do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do instrumento contratual, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, considerando tratar-se de contratação de serviços contínuos de natureza tecnológica, envolvendo licenciamento, manutenção, suporte técnico, atualização e hospedagem de sistemas em ambiente web.

A definição do prazo inicial de 12 meses justifica-se pela necessidade de garantir tempo suficiente para a implantação completa da solução, incluindo conversão de dados, parametrização, treinamento dos usuários e estabilização operacional dos sistemas, bem como para a avaliação da performance da empresa contratada quanto à qualidade dos serviços prestados.

Ressalta-se que a solução contratada possui caráter continuado, uma vez que os sistemas serão utilizados de forma permanente pela Administração Municipal, sendo essenciais para a execução das atividades administrativas, operacionais e de controle, não havendo descontinuidade possível sem prejuízo à prestação dos serviços públicos.

Dessa forma, o contrato poderá ser **prorrogado sucessivamente**, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração, a manutenção das condições iniciais de habilitação e a adequação do serviço prestado, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, até o limite legal aplicável.

A possibilidade de prorrogação se justifica, ainda, pelos seguintes fatores:

- Necessidade de continuidade dos serviços, evitando descontinuidade administrativa;
- Alto custo operacional e risco associado à substituição de sistemas já implantados;
- Garantia de integridade e preservação da base de dados já estruturada;
- Evitação de retrabalho com nova implantação, migração e treinamento;





- Manutenção da padronização e integração dos sistemas utilizados pelos diversos setores;
- Maior economicidade, considerando que a continuidade contratual tende a ser mais vantajosa do que a realização de novo certame em curto prazo.

Assim, a prorrogação contratual mostra-se medida adequada, necessária e vantajosa à Administração Pública, desde que devidamente motivada e acompanhada da comprovação de que os serviços continuam sendo prestados de forma satisfatória e em condições favoráveis ao interesse público.

7. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado será realizado junto da orçamentação.

8. Estimativa das Quantidades a Serem Contratadas

Item	Descrição	Unidade	Qtde
1	Serviço de implantação, parametrização, treinamento e conversão de softwares	UN	1
2	Sistema gestor de cemitério: inclusão de registros de funeral, local de sepultamentos e consultas de interesse dos familiares. O sistema ainda deve disponibilizar uma página web para consulta dos velórios em andamento bem como demais informações relacionadas.	Meses	12
3	Sistema de controle de viação: o sistema deve permitir inclusão de novos veículos, agendamento de manutenções, relatórios informativos em relação aos controles referentes a divisão de obras e serviços rodoviários	Meses	12
4	Software de b.i: permitir a geração de gráficos, indicadores e relatórios, baseados nas informações disponíveis nos demais sistemas	Meses	12
5	Sistema de gerenciamento de atos legais: permitir a inclusão de leis, decretos, portarias e demais atos normativos realizados pela administração.	Meses	12
6	Locação e licença do módulo gestão documental arquivista: sistema destinado à organização, controle e preservação digital de documentos administrativos e históricos, permitindo o cadastro, classificação, tramitação e arquivamento eletrônico com autenticação por hash e assinatura digital. Possui ferramentas para pesquisa inteligente, criação de pastas e subpastas, geração de qr code e relatórios, operando em ambiente web seguro e responsivo, com controle de acessos, auditoria de ações e conformidade com a lei de acesso à informação e normas arquivísticas vigentes.	Meses	12
7	Sistema de Contracheque Online: tal ferramenta deve importar os dados do sistema atual de gestão de pessoas, e disponibilizar uma página web para que os funcionários realizem a consulta/impressão de seus holerites, mantendo o histórico de períodos anteriores.	Meses	12
8	Sistema de Controle Social: Possibilita o gerenciamento de usuários atendidos, realizar atendimento em grupos de reuniões de programas sociais, atendimento sigiloso para os casos de segredo de Justiça, permite realizar o gerenciamento de ações, realizar avaliações, emitir relatórios de acompanhamento entre outros.	Meses	12





9	Licença e locação do módulo ficha RH digital: sistema voltado à gestão eletrônica dos dados funcionais dos servidores municipais, permitindo o registro, atualização e consulta online de informações pessoais, funcionais, contratuais e financeiras, integrando-se aos demais módulos do sistema. Opera em ambiente web, com acesso seguro e responsivo, emissão de relatórios gerenciais, armazenamento em nuvem e controle de permissões por perfil de usuário, assegurando organização, rastreabilidade e conformidade com a legislação trabalhista e de proteção de dados.	Meses	12
10	Espaço em nuvem: 200 gb ambiente de armazenamento digital destinado à hospedagem segura dos sistemas e dados municipais, com infraestrutura escalável e redundante, backup automático, alta disponibilidade e criptografia de informações. Permite acesso remoto via web, controle de permissões por usuário, monitoramento de uso e conformidade com padrões de segurança da informação, garantindo estabilidade, integridade e continuidade operacional dos serviços da administração.	Meses	12
11	Assessoria técnica de acordo com a solicitação do departamento	Horas	500

9. Estimativa do Valor de Contratação

O valor estimado será calculado na fase de orçamentação.

10. Justificativa Para Parcelamento ou Não da Solução

A presente contratação não será parcelada, sendo adotado o critério de julgamento por lote único, em razão das características técnicas e operacionais da solução pretendida, a qual consiste na contratação de sistema integrado de gestão pública, composto por diversos módulos interdependentes.

O parcelamento do objeto, neste caso, não se mostra técnica nem economicamente viável, uma vez que os sistemas a serem contratados devem operar de forma integrada, compartilhando base de dados única e garantindo a consistência, integridade e rastreabilidade das informações entre os diversos setores da Administração Municipal. A eventual contratação de múltiplos fornecedores poderia comprometer a interoperabilidade entre os sistemas, gerando incompatibilidades técnicas, falhas de comunicação entre módulos e riscos à segurança da informação.

Além disso, a fragmentação da contratação implicaria dificuldades na gestão contratual, especialmente no que se refere à definição de responsabilidades por falhas, suporte técnico, manutenção corretiva e evolutiva, podendo ocasionar conflitos entre fornecedores e prejuízos à continuidade dos serviços públicos.

Outro fator relevante diz respeito à necessidade de padronização tecnológica e operacional, uma vez que a utilização de sistemas distintos, desenvolvidos por





fornecedores diferentes, tende a aumentar a complexidade de uso, demandar treinamentos adicionais e elevar o risco de retrabalho e inconsistência de dados.

Sob o aspecto econômico, a contratação em lote único tende a ser mais vantajosa para a Administração, pois possibilita ganho de escala, redução de custos operacionais e maior competitividade no certame, conforme práticas adotadas em contratações similares no âmbito da administração pública.

Ademais, a solução contempla, além do licenciamento dos sistemas, serviços essenciais como implantação, conversão de dados, parametrização, treinamento e suporte técnico contínuo, os quais devem ser executados de forma coordenada e integrada por um único fornecedor, garantindo a adequada implementação e funcionamento da solução como um todo.

Dessa forma, o não parcelamento do objeto mostra-se medida necessária para assegurar a eficiência, economicidade, padronização, segurança e continuidade dos serviços, atendendo ao interesse público e às diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Para esta solução, não há contratações que guardam relação/afinidade/dependência com o objeto da compra/contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou contratações futuras.

12. Alinhamento Entre a Contratação e o Planejamento

Não está previsto no Plano de Contratações Anual – PCA, pelo motivo de que ele ainda não foi implantado no município. Porém, a contratação se faz necessária conforme as justificativas do item 4 deste ETP.

13. Resultados Pretendidos

Com a presente contratação, a Administração Municipal pretende alcançar a modernização e integração dos seus processos administrativos, promovendo maior eficiência, transparência e qualidade na prestação dos serviços públicos.

Espera-se, como resultado, a implementação de uma solução tecnológica integrada, em ambiente web, que permita a centralização das informações dos diversos setores municipais, garantindo maior confiabilidade dos dados, eliminação





de retrabalho e padronização dos procedimentos internos. A utilização de sistemas integrados possibilitará a automação de rotinas administrativas, reduzindo a dependência de controles manuais e aumentando a produtividade dos servidores.

Outro resultado pretendido é a melhoria na geração e análise de informações gerenciais, por meio de ferramentas como Business Intelligence (BI), possibilitando aos gestores públicos o acesso a dados consolidados, relatórios e indicadores em tempo real, favorecendo a tomada de decisões estratégicas mais assertivas.

Busca-se também ampliar a transparência e o acesso à informação, com a disponibilização de serviços e dados ao cidadão, como consultas públicas, contracheque online e informações administrativas, em conformidade com os princípios da publicidade e eficiência da administração pública.

No aspecto legal e de controle, pretende-se assegurar o pleno atendimento às exigências dos órgãos fiscalizadores, especialmente no que se refere à geração e envio de informações ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, garantindo conformidade com layouts, prazos e padrões estabelecidos, reduzindo riscos de inconsistências, apontamentos ou sanções.

Adicionalmente, espera-se elevar o nível de segurança da informação, com armazenamento em ambiente seguro, controle de acessos, rastreabilidade de operações e mecanismos de proteção de dados, assegurando a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações institucionais.

Por fim, pretende-se garantir maior economicidade e eficiência administrativa, com a adoção de solução única e integrada, reduzindo custos operacionais, evitando contratações fragmentadas e assegurando a continuidade dos serviços essenciais à gestão pública municipal.

14. Providências a Serem Adotadas

Não há necessidade de ajustes nas instalações do órgão ou fornecimento de serviços adicionais para que a contratação surta seus efeitos, as demais providências fazem parte do Termo de Referência.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verificam impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda os





critérios dos órgãos fiscalizadores e à política de sustentabilidade ambiental legalmente compreendida.

16. Fonte de Recurso

Fonte Livre – Administração
Livre – Promoção Social
Livre – Obras

17. ANÁLISE DE VIABILIDADE

Este servidor declara **VIÁVEL** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.



Nome: Alan Luiz Griebeler
CPF: ***.307.059-**

Assinado com certificado digital avançado

Alan Luiz Griebeler
Departamento de Contratações

Documento assinado digitalmente em 10/04/2026 09:42:55
Acesse o endereço: <https://sl.cidade360.cloud/kijx> para
verificar a autenticidade.

